

» o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas de conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conlúo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, incluindo as divulgações e as informações contábeis individuais e consolidadas representadas por correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para

expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2019

**Maria Aparecida Regina Cozaro Abdo** - CT CRC ISP-223.177/0-1  
**Grant Thornton Auditores Independentes** - CRC ZSP-025.583/0-1

<b>CCR ViaOeste</b>			
<b>Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.</b>			
CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50			
<b>Relatório da Administração - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>			
<b>1. Sobre a Companhia</b>			
<b>1.1. Aos acionistas:</b> É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.			
<b>1.2. Apresentação:</b> A Companhia foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castelo-Raposo, respectivamente concessão, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CRC/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a ARTESP, na qualidade de sucessora do DER ("Contrato de Concessão"), sendo vedada a prática de atos estranhos à essência finalidade. Composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 176,06 quilômetros e manutenção e conservação de 4,4 quilômetros ("Concessão"). O prazo do Contrato de Concessão original era de 240 (duzentos e quarenta) meses, que, conforme aditado pelo 12º Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão, passou a ser de 297 (duzentos e noventa e sete) meses, permanecendo válido, portanto, até dezembro de 2022. A Companhia opera de forma direta 777 pessoas. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. ("CCR"), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia. <b>1.3. Destaques de 2018:</b> Investimentos: • SP280 - Rodovia Castello Branco: Intervenção no Pavimento km 13,7 ao km 33,0; • Implantação de Faixa Adicional km 44,2 ao km 45,8; • Implantação de Faixa Adicional km 50,4 ao km 52,4. • SP270 - Rodovia Raposo Tavares: Intervenção no Pavimento km 34 ao km 87,2; Intervenção no Pavimento km 92 ao km 115,5. • SP091 - Rodovia Dr. Celso Charuri: Intervenção no Pavimento km 0 ao km 6,5. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Foram distribuídos no ano de 2018, devidamente aprovados em AGE (Assamblea Geral Extraordinária): 28/02/2018 - R\$ 40.000 de dividendos intermediários de 2017; 29/03/2018 - R\$ 47.889 de dividendos intermediários de 2017; 26/10/2018 - R\$ 226.580 de dividendos intermediários de 2018. Empréstimos e Debêntures: • Liquidação Resolução 4131 (Banco de Tokyo). Programas sociais: Os programas sociais beneficiaram 110.000 crianças, jovens e adultos. Prêmios e reconhecimento: • Prêmio ARTESP - Segurança Rodoviária.			
<b>2. Desempenho econômico-financeiro</b>			
<b>2.1. Eventos relevantes ao Mercado:</b> Liquidação Resolução 4131 (Banco de Tokyo). Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro:			
<b>Em R\$ mil</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Variação %</b>
Receita líquida	946.599	1.024.875	-7,64%
Receita de pedágio	993.618	1.046.603	-5,06%
Receita de construção (ICPC 01 RT)	24.468	49.941	-51,01%
Outras receitas	15.866	15.292	3,75%
(-) Deduções da receita bruta	87.353	86.961	0,45%
(-) Custos e despesas (a)	434.098	439.348	-1,20%
Custos de construção (ICPC 01 RT)	24.468	49.941	-51,01%
Demas custos e despesas	409.630	389.407	5,19%
(-) Resultado financeiro líquido	1.730	774	89,62%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	154.986	168.468	-0,1 p.p.
Lucro líquido	301.585	311.094	-14,10%
(+) Resultado financeiro líquido	55.942	65.965	-15,19%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	154.986	168.468	-0,00%
EBIT (b)	512.513	585.527	-12,47%
Margem EBIT	54,14%	57,13%	-3,0 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	55,58%	60,06%	-4,5 p.p.
(+) Depreciação/amortização	169.980	145.661	16,68%
EBITDA (b)	682.473	731.188	-6,66%
Margem EBITDA	72,10%	71,34%	0,8 p.p.
(-) Provisão de manutenção (d)	17.300	174	89,62%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	38.012	3.297	10,5 p.p.
EBITDA ajustado	722.215	734.659	-1,69%
Margem EBITDA ajustada (f)	77,32%	75,35%	3,0 p.p.
Dívida bruta	818.116	956.139	-14,54%
Investimentos	60.777	96.450	-36,99%
Veículos equivalentes (em milhares)	115.909	121.734	-4,79%
(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.			
(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12. (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas em consideração a recarga de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "m") e 25 - Provisão de manutenção - Consolidado. (e) Referência à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 12 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas em consideração a recarga de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. <b>2.2. Desempenho:</b> <b>2.2.1. Receita operacional:</b> A receita bruta de pedágio em 2018 totalizou R\$ 993.618 (-5,1% sobre 2017). A redução das receitas de pedágio é reflexo especialmente da isenção da cobrança do eixo suspenso no final do primeiro semestre do ano e da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio. <b>2.2.2. Custos e despesas totais:</b> Os custos e despesas apresentaram uma diminuição de 1,20% em relação a 2017, perfazendo R\$ 434.098 no ano de 2018. Os principais movimentos dessa variação estão indicados abaixo: • Os custos de construção atingiram R\$ 24.468. A diminuição de 51,0% em relação a 2017 é reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder concedente. A provisão de manutenção apresentou aumento de 894,3% em relação ao ano de 2017, atingindo R\$ 1.730 em 2018. Durante o exercício de 2018, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de ma-			
ntenção no que laxe, entre outros, a análise e reavaliação dos projetos executivos, a periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, e consequentemente a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 169.980 no ano de 2018. O crescimento de 16,7% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de Investimentos. • O custo da obra (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 60.777. A variação negativa de 1,2% deve-se principalmente à isenção da cobrança do eixo suspenso no final do primeiro semestre do ano e da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio. • Em 2018 o custo de serviços totalizou R\$ 87.467, representando diminuição de 3,2% em relação a 2017. Neste grupo lemos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. • Os custos e despesas com pessoal atingiu R\$ 57.691 no ano de 2018, registrando diminuição de 0,5% em relação a 2017. Essa diminuição é reflexo principalmente das adequações de pessoal e dismissão. • Os custos de aluguel e despesas, tais como serviços públicos, aluguel, marketing, materiais, equipamentos e veículos tiveram redução de 5,1% em relação a 2017, atingindo R\$ 32.649 no ano de 2018. <b>2.2.3. Resultado financeiro:</b> No ano de 2018 o resultado financeiro foi negativo em R\$ 55.942 e representa uma melhora de 15,19% em relação ao resultado negativo de R\$ 65.965 apurado em 2017. Houve diminuição dos Juros sobre empréstimos, reflexo da liquidação da 4ª emissão de debêntures em maio de 2017. Houve ainda expressiva diminuição das despesas com operações de Hedge/Swap, Variações Cambiais e juros e variações monetárias, decorrentes do financiamento, ocorrido em outubro de 2015 e janeiro de 2016, via Lei 4131. <b>2.4. Lucro líquido:</b> Em 2018, o lucro líquido atingiu R\$ 301.585, apresentando diminuição de 14,10% em relação a 2017. A diminuição da Receita Operacional deve-se principalmente à isenção da cobrança do eixo suspenso no final do primeiro semestre do ano e da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio e diminuição de custos operacionais e financeiros no período. <b>2.5. Dívida:</b> Em 2018, a dívida bruta alcançou R\$ 817.116, uma redução de 14,5% em comparação a R\$ 956.139 em 2017. <b>2.6. Investimentos:</b> No acumulado do ano de 2018, os investimentos somaram R\$ 60.777. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindieira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2018, destacam-se: Intervenção no Pavimento e Implantação de Faixas Adicionais, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez. <b>3. Estratégia e Gestão</b>			
<b>3.1. Governança Corporativa:</b> Conselho de administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é Sr. Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 - lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico <a href="http://www.gproccr.com.br/viaoeste">www.gproccr.com.br/viaoeste</a> . O Sr. Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail: <a href="mailto:cvm.viaoeste@gproccr.com.br">cvm.viaoeste@gproccr.com.br</a> . Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM. <b>3.2. Gestão e Transformação:</b> A Companhia acredita na capacidade de criar, realizar, melhorar e transformar do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolve uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 777 de forma direta. Em 2018, foram investidos R\$ 204 em 98 programas de treinamento e capacitação das pessoas. <b>4. Sustentabilidade</b>			
Desde sua criação, em 1999, o Grupo CCR tem o objetivo de criar e promover os impactos positivos em sua operação e de forma contínua em todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modos que administra. Anualmente, em seu site, o Grupo CCR divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Conselho Internacional para o Relatório Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, do programa de controle de gestão das evidências apresentadas. Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em			
2016, a companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas de sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos stakeholders e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modos em operação. Na divulgação de seu desempenho, o Grupo CCR, convidado para fazer parte do grupo de empresas frontrunners do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gera valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso às informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios. Além da prestação de contas, a atuação sustentável do Grupo CCR é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Primeira companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, o Grupo CCR atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICOE), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais. Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse <a href="http://www.institutoCCR.com.br">www.institutoCCR.com.br</a> . A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combatem o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. <b>4.1. Gestão sustentável:</b> A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos naturais. Este programa tem como objetivo a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis a longo prazo. No ano de 2018 a Companhia manteve as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, operando o SGI - Sistema de Gestão Integrado, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. Além disso em 2018 a Companhia colaborou dentro dos seus processos de sustentabilidade a permanência do Grupo CCR na carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial. • Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia: A Companhia desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2018, a Concessionária apoiou 17 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram mais de milhares de pessoas em 16 municípios lindieiros ao Sistema Castelo-Raposo. Como exemplo de projetos realizados, temos: Programa Estrada para a Saúde, que cuida da saúde do caminhoneiro, realizando exames periódicos e orientações importantes para manutenção da saúde do motorista profissional. Outro destaque é o Programa Caminhos para a Cidadania que oferece educação no trânsito para alunos de 4º e 5º anos da rede municipal de ensino. • Principais ações para redução do consumo de água, energia e geração de resíduos: Em 2018 foram realizadas ações para a redução do consumo de água, energia, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir as estratégias de comunicação para orientar e conscientizar os colaboradores, identificando as necessidades das mudanças de hábitos e comportamentos em relação ao consumo consciente. A concessionária utilizou água de reúso em seus processos operacionais e administrativos, implantou iluminação a LED, controle das contas públicas para identificação de desvios no consumo de água e energia elétrica, utilização de combustíveis e veículos menos poluentes (moto resgate e veículo eletrônico) na gestão de resíduos, reaproveitamento e reciclagem de entulho de construção civil e material frresado. • Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores: A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2018, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/ Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores do atendimento sobre as metas pactuadas para o ano e resultados do ano anterior), Workshop Gestão de Pessoas - O papel indelével do líder e programa aprimorando, resgate veicular e salvamento básico em altura. <b>5. Considerações finais</b>			
<b>5.1. Agradecimentos:</b> Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. <b>5.2. Auditores independentes:</b> Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. <b>5.3. Declaração da Diretoria:</b> Em observância às disposições constantes no artigo 23 da Instrução CVM nº 490, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Barueri, 26 de março de 2019. A Administração.			

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)							
Balanco patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.198	54.431	Empréstimos e financiamentos	13	-	5.803
Aplicações financeiras	6	149.203	152.734	Debêntures	14	200.181	12.008
Contas a receber	7	56.807	57.500	Contas a pagar com operações de derivativos	20	-	7.362
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.668	1.538	Fornecedores	15	15.521	19.708
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	44.956	33.791	Imposto de renda e contribuição social	44	40.039	44.311
Impostos a recuperar	5	5.790	7.285	Impostos e contribuições a recolher	8	8.536	11.094
Despesas antecipadas	2	2.888	2.387	Obrigações sociais e trabalhistas	10	10.053	9.714
Contas a receber com operações de derivativos	20	44.797	162	Fornecedores - partes relacionadas	10	2.853	3.337
Adiantamentos a fornecedores	562	-	-	Cessão onerosa - partes relacionadas	10	40.249	476
Outros créditos	305	104	-	Provisão de manutenção	16	28.598	-
Total do ativo circulante	314.174	309.932		Obrigações com o poder concedente	1	1.295	1.372
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar	6	2.221	5.579
Contas a receber com operações de derivativos	20	-	41.030	Total do passivo circulante	328.948	147.350	
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.528	1.594	<b>Patrimônio líquido</b>			
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	134.867	179.212	Capital social	17a	139.763	139.763
Depósitos judiciais	1.108	1.246	-	Reservas de capital	17d	2.642	2.642
Impostos a recuperar	20	-	-	Reservas de lucros	17c	27.988	115.877
Outros créditos	50	-	-	Dividendos adicional proposto	17e	75.005	-
Total do ativo não circulante	938.251	1.157.753		Total do patrimônio líquido	245.398	258.282	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.250.425</b>	<b>1.467.685</b>		<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.250.425</b>	<b>1.467.685</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Dividendo Retenção adicional	Lucros Lucros acumulados	Total	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	139.763	2.642	35.279.953	65.955	-	236.348	
Distribuição de dividendos em 27 de abril de 2017	-	-	-	(65.900)	-	(65.900)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	351.094	351.094	
Destinações:							
Distribuição de dividendos em 21 de dezembro de 2017	-	-	-	(55)	(250.244)	(250.299)	
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2017	-	-	-	-	(12.961)	(12.961)	
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	87.889	-	(87.889)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	139.763	2.642	35.279.953	87.889	-	258.282	
Distribuição de dividendos em 27 de fevereiro de 2018	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)	
Distribuição de dividendos em 28 de março de 2018	-	-	-	(47.899)	-	(47.899)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	301.585	301.585	
Destinações:							
Distribuição de dividendos em 26 de outubro de 2018	-	-	-	-	(226.580)	(226.580)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(75.005)	(75.005)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	139.763	2.642	35.279.953	75.005	-	245.398	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	2018	2017	2018	2017			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>301.585</b>	<b>351.094</b>					
Lucro líquido do período	301.585	351.094					
Ajustes por:							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.228	11.238	339	592			
Apropriação de despesas antecipadas	38.012	3.297	-	-			
Depreciação e amortização	151.848	128.547	143.233	157.000			
Baixa do ativo imobilizado	356	1.634	-	-			
Juros e variação monetária sobre debêntures e empréstimos	69.472	57.985	(146.063)	(157.479)			
Capitalização de custo de empréstimos	(2.464)	(6.340)	(77)	43			
Variação cambial sobre empréstimos	(2.838)	1.326	(28.778)	(40.932)			
Provisão para perda esperada - contas a receber	(8)	(3)	642	(561)			
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	462	3.962	-	-			
Amorização do direito de concessão	18.112	17.114	(3.519)	(2.801)			
Resultado de operações com derivativos	(6.222)	16.880	535.226	521.187			
Juros sobre mútuos	2.646	4.066	-	-			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.303	3.414	-	-			
Constituição da provisão de manutenção	1.730	174	-	-			
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	5	(2)	-	-			
Atualização monetária para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(1.346)	870	-	-			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>276.296</b>	<b>244.162</b>					
<b>Variações nos ativos e passivos (aumento) redução dos ativos</b>	<b>(42.655)</b>	<b>(74.069)</b>					
Contas a receber de clientes	701	(590)					
Contas a receber - partes relacionadas	(64)	(254)					
Impostos a recuperar	1.515	(4.892)					
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	(4.832)	(28.505)					
Despesas antecipadas e outras	(514)	1.157					
Adiantamento a fornecedores	(562)	-					
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>	<b>(4.192)</b>	<b>2.723</b>					
Fornecedores	(4.192)	2.723					
Fornecedores - partes relacionadas	(484)	490					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
<b>1. Contexto operacional</b>	entre os municípios de São Roque - SP e Mairinque - SP, melhorando a infraestrutura viária para movimentações de tráfego regional e local. A ampliação proposta contempla inserção/ampliação de áreas de acostamento, barreira central de separação das pistas e eliminação das travessias em nível e promoverá condições para a fluidez do tráfego, melhorias das condições de segurança e aumento da capacidade de tráfego. A duplicação km 63+000 ao km 67+000 foi concluída em maio de 2017. A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões litorâneas. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos: <b>Projeto Cebolão</b> : O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Ilapexi e Adélia da Serra. Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão das pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco. <b>Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0</b> : Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo: • 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009; • 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010; • 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; e • 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013. A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, foi concluída em dezembro de 2014. <b>1.1. Processo de investigação</b> : Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do Grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adri Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado, divulgado em 24 de fevereiro de 2018. Em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que - em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa - iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo. Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente seriam submetidas ao Conselho de Administração, que deliberaria quanto às medidas necessárias a serem tomadas. Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento. Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob o título "MP autoriza caixa 2 da CCR para campanha de Alckmin". Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a controladora CCR S.A., respondendo a Ofício da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, esclareceu que, em 28 de fevereiro de 2018, não logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa a cerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a controladora CCR S.A., foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos. Adicionalmente, a controladora CCR S.A., ressaltou também que os trabalhos do Comitê ainda não haviam sido encerrados, e que, portanto, as investigações conduzidas sob sua supervisão não haviam sido concluídas. Em 15 de outubro de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante citando que segue no firme propósito de contribuir com as autoridades para que a investigação em curso elucide os fatos veiculados recentemente na mídia. Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, foi celebrado o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("MP/SP"), que será posteriormente encaminhado para homologação judicial, pelo qual se comprometerá a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores serão pagos em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 em 1º de março de 2019, e o saldo remanescente em 1º de março de 2020. Com a celebração do Termo de Autocomposição, fica encerrado o Inquérito Civil PJP-CAP nº 14.0695.00025/2018 (vide item 4.5 do Formulário de Referência da Companhia), conduzido pelo MP/SP, que tinha por objeto apurar certos fatos envolvendo a Companhia e algumas de suas controladas. Os termos e condições do Termo de Autocomposição são sigilosos. Em 07 de dezembro de 2018, foi divulgado pela controladora						

continuação

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)**

ladora CCR S.A. Fato Relevante informando que as investigações conduzidas pelo Comitê Independente, constituído em 28 de fevereiro de 2018, foram encerradas em 05 de dezembro de 2018, e seu resultado foi comunicado ao Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2018. Referido resultado é sigiloso por abranger fatos tratados no Termo de Autocomposição. O Conselho de Administração, diante dos fatos e recomendações apresentados e sem prejuízo das medidas já tomadas visando ao aprimoramento dos mecanismos de controle e da estrutura de governança da Companhia, decidiu que a CCR S.A. não responderá sobre quaisquer tomadas imediatamente medidas relacionadas (i) ao aprimoramento dos controles internos e da estrutura de governança da Companhia, inclusive no que se refere às políticas internas da Companhia e o seu Código de Ética; (ii) à criação de plano de trabalho para endereçar todas as recomendações apontadas pelo Comitê Independente, com uma avaliação detalhada de riscos relacionados às atividades da Companhia e suas subsidiárias e controladas, levando-se em conta o setor de atuação da Companhia e o nível de interação com o setor público; e (iii) ao monitoramento, em caráter permanente, do andamento de cada uma das medidas determinadas naquela data pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, o Fato Relevante a controladora CCR S.A. informou que (i) não há pessoas envolvidas nas ilícitudes apuradas que, na data do referido Fato Relevante ainda sejam administradores da controladora CCR S.A. ou de empresas do Grupo CCR e que (ii) apresentará os resultados da investigação às autoridades públicas competentes e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados aos temas tratados. Em 13 de fevereiro de 2019, a controladora CCR S.A., divulgou Fato Relevante visando esclarecer aos acionistas sobre matéria divulgada na mídia acerca de suposto superfaturamento. A controladora CCR S.A. reiterou o conteúdo do Fato Relevante de 29 de novembro, inclusive quanto ao sigilo dos fatos apurados e dos termos e condições do Termo de Autocomposição, e declarou que não se compromete a divulgar qualquer comentário quanto ao conteúdo da reportagem veiculada naquela data. Releitor, ainda, os principais pontos do Fato Relevante de 7 de dezembro de 2018, sobre os resultados do Comitê Independente, e os próximos passos (acima detalhados). Por fim, destaca que continuará contribuindo com as demais autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados aos fatos acima mencionados.

**Bens reversíveis:** Em relação à concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens e direitos a título de bem reversível, com exceção à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

**Outras informações relevantes:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles: **(i) Termo Aditivo Modificativo nº 12/06:** Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2005. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a Companhia apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 03 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em 15 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controversia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajustaram acordos sobre referida controversia. O Estado de São Paulo e a ARTESP ajustaram a Ação de Proibição de Execução de Trabalho nº 1019351-84.2013.8.26.0053, contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06, de 21 de dezembro de 2005, Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz deferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou relatório respondendo a todos os quesitos e as questões tratadas nas ações e informando que a pericia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da Companhia, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Em 03 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 02 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Aguarda-se prolação da sentença. A Companhia propôs também a Ação de Proibição de Execução de Trabalho nº 1019351-84.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Companhia interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a Companhia protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação. Em 30 de julho de 2018, os embargos de declaração foram rejeitados pelo TJSP em 12 de dezembro de 2018, a Companhia interpôs recurso especial e recursos extraordinários, que aguardam julgamento de admissibilidade. **(ii) Reajuste Tarifário de 2013:** O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidas para 1º de julho de 2013, conforme contrato de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do Valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013. Por essa razão, a Companhia, em 11 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019351-84.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014. A ação encontra-se em fase de instrução. **(iii) Reajuste Tarifário de 2014:** A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos + redução da outorga variável). Em 02 de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1029688-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de decla-

ração, a ARTESP e Estado de São Paulo interuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016. Em 31 de maio de 2017, ambos os recursos foram inadmitidos. Em 28 de junho de 2017, a Companhia interpôs agravo em recurso especial e recurso extraordinário. Em 24 de setembro de 2018, foi publicada a decisão monocrática que conheceu do agravo para negar provimento aos recursos especiais e extraordinários. Foi deferida a intimação da Companhia para apresentar defesa prévia e alegações finais no prazo de 30 dias. Em 11 de novembro de 2018, a Companhia apresentou defesa prévia e alegações finais, aguardando julgamento. **(iv) Alteração do Índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e as controladas, quais sejam: (i) AutoAno - Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 e TAM nº 25/2011; (ii) ViaOeste - Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011; (iii) SPVias - Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 e TAM nº 18/2011; e (iv) Renovias - Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011. Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio nos Contratos de Concessão, de IGP-M para IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA). Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação. O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio deve ser realizado, quando em vista da ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo administrativo específico, instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência desta instrução, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano. Ante a demora da ARTESP na inauguração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia, em 5 de abril de 2017, ajuizou ação de procedimento ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. A ação encontra-se em fase de instrução. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais previstos em contratos de concessão e nas demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

**2. Principais práticas contábeis**  
As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quando as diferenças cambiais resultantes da conversão de hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **b) Receitas de contratos com clientes:** A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da adoção da Resolução do CPC 47/IFRS 15 estão descritas na letra "d" desta nota. **c) Receitas de pedágio** são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários. As receitas assessoras são reconhecidas quando da prestação dos serviços. **Receitas de construção:** segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **d) Instrumentos financeiros:** A Companhia adota inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 está descrito na letra "d" desta nota. **Classificação:** A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros detem origem, em suas características, e fluxos de caixa de principal, exclusão de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em contato. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente o descompasso contábil que de outra forma surgiria. • Mensuração e desreconhecimento: **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o "fluxo de caixa financeiro no reconhecimento inicial", os juros são definidos como: (i) um componente pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo; e (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apuradas na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. **Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das dispo-

sições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro básico é reconhecido e o reconhecimento é feito em uma única transação. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício. **Contabilidade de hedge (hedge accounting):** A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como **hedge de valor justo** ou **hedge de fluxo de caixa**. No início da relação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge atribuíveis ao risco do hedge. A nota explicativa n° 22 detalha as informações sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge. **Hedge de valor justo:** hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de hedge atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do hedge é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de hedge. O ajuste ao valor justo do item objeto de hedge, oriundo do risco de hedge, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Capital social - ações ordinárias e preferências:** Ações ordinárias e preferências são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Caixa e equivalentes em caixa:** Caixa e equivalentes em caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento originário de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo Imobilizado:** Reconhecido e mensurado: O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de custo. Outros gastos são capitalizados quando a aquisição ou construção aumentam os benefícios econômicos do item do imobilizado que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **g) Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **g) Ativos Intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados; São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ações: Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as rodovias. Esses direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente e pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "f". Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito e a Companhia não contaria a receber o crédito; ou o crédito há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos

continua

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAESTE S.A. (Companhia Aberta)

de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas por ativos financeiros é estabelecida a partir do resultado líquido do projeto de infraestrutura de acordo com os índices que reajustam as tarifas, o reconhecimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda é registrada a partir do momento em que a perda não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são reconhecidas em períodos anteriores às avaliações de cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuindo ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**ii) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

**ii) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define as obrigações reconhecidas no balanço de acordo com a intenção as intervenções físicas de caráter preventivo, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações recorrentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisonadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos decorrentes.

**ii) Receitas e despesas financeiras:** As operações financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método de juros.

**Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

**Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**ii) Impairment de ativos financeiros:** Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do impairment de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

**iii. Contabilidade de hedge:** A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do CPC 48/IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar o efeito econômico da aplicação da contabilidade de hedge em seus ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 não teve impacto no momento de adoção da nova norma.

**Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas:** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (I/IAS 16 - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendamentos. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não se espera que a adoção do IFRS 16 produza impacto significativo para a Companhia, nem afete os principais aspectos em que a Companhia opera. Outras normas: A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretações emitidas ainda não vigentes: - IFRIC 23/IAS 22 Intercara sobre tratamentos de tributos sobre o lucro. - Características de pré-pagamento com remuneração negativa (Alterações no IFRS 9). - Alterações no plano, reduções ou liquidação do

plano (Alterações no CPC33/IAS19). - Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas. - Alterações nas referências à estrutura contábil nas normas IFRS - IFRS 17/CPC 11 contratos de seguros.

**3. Apresentação das demonstrações financeiras**  
**Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 26 de março de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em qualquer período futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota 2p** Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICP 01 (R1)  
 7 Provisão para perda esperada - contas a receber  
 8b Impostos diferidos  
 12 Amortização dos ativos intangíveis  
 15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários  
 16 Provisão de manutenção  
 20 Instrumentos financeiros

**4. Determinação dos valores justos**  
 Diversas políticas de divulgação contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas acerca de ativo ou passivo. - Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. - Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. - Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). - Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros. **Operações de swap de juros:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco na data de mensuração.

**5. Gerenciamento de Riscos financeiros**  
**Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supra mencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos dos investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao poder concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo a debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão; e (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14, 20 e 21. **c) Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil de acordo com o CPC 38/IAS 39	Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	57.500	57.500
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.132	3.132

**ii. Impairment de ativos financeiros:** Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do impairment de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

**iii. Contabilidade de hedge:** A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do CPC 48/IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar o efeito econômico da aplicação da contabilidade de hedge em seus ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 não teve impacto no momento de adoção da nova norma.

**Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas:** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (I/IAS 16 - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendamentos. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não se espera que a adoção do IFRS 16 produza impacto significativo para a Companhia, nem afete os principais aspectos em que a Companhia opera.

**Outras normas:** A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretações emitidas ainda não vigentes: - IFRIC 23/IAS 22 Intercara sobre tratamentos de tributos sobre o lucro. - Características de pré-pagamento com remuneração negativa (Alterações no IFRS 9). - Alterações no plano, reduções ou liquidação do

Menos Entre 1 e Entre 2 e de 1 ano 2 anos 3 anos

Debêntures (a)	247.611	371.445	341.800
Fornecedores e outras contas a pagar	21.742	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	2.853	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.295	-	-
Mútuos - partes relacionadas	42.242	-	-
<b>a) Valores brutos do custo de transação.</b>			
<b>6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>			
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	
Caixa e bancos	7.198	4.477	
Aplicações financeiras	-	49.954	
Fundos de investimentos	7.198	54.431	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	
Aplicações financeiras	149.203	152.734	
Fundos de investimentos	149.203	152.734	
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,47% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).			
<b>7. Contas a receber</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	
Circulante			
Pedágio eletrônico - outros (a)	56.157	56.913	
Receitas acessórias (b)	685	630	
	56.842	57.543	
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(35)	(43)	
	<b>56.807</b>	<b>57.500</b>	

*continua*

continuação

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

## Idade de vencimento dos títulos

	2018	2017
Créditos a vencer	56.784	57.453
Créditos vencidos até 60 dias	23	41
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	6
Créditos vencidos há mais de 180 dias	35	27
	56.842	57.543

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

## 8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	456.571	519.562
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(155.234)	(176.651)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	-	-
Despesas indedutíveis	(1.420)	(1.656)
Incentivo relativo ao imposto de renda	4.474	5.791
Juros sobre capital próprio	-	4.407
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(343)	(325)
Custos ajustados tributários (a)	(2.463)	(34)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(154.986)	(168.468)
Impostos correntes	(149.758)	(157.230)
Impostos diferidos	(5.228)	(11.238)
	(154.986)	(168.468)
Alíquota efetiva de impostos	33,95%	32,43%

(a) O valor inclui os efeitos de pagamento de R\$ 3.020 a título de IR e CS (incluindo multa e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Reconhe-	Valor	Saldo em 2018	Reconhe-	Valor	Saldo em 2018
	cido no	Ativo	Ativo Passivo	cido no	Ativo	Passivo
	2017 resultado	Líquido	diferido cal diferido	2017 resultado	Líquido	diferido cal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	965	195	1.160	-	-	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	36	(24)	12	12	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.915	(1.212)	1.703	1.703	-	-
Varição cambial	(10.513)	10.513	-	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	319	(14.394)	(14.075)	-	-	(14.075)
Provisão de manutenção	9.039	(9.039)	-	-	-	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(51.741)	8.579	(43.162)	40.930	-	(84.092)

## 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo		Passivo
				Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b> CCR S.A.	-	12.582 (a)	2.646 (b)	8 (d)	40.249 (b)	984 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b> CPC	-	22.179 (e)	-	96 (d)	-	1.767 (e)
Rodoanel Oeste	-	-	-	44 (d)	-	28 (d)
Samt	2.928 (c)	470 (f)	-	3.017 (c)	-	-
Serveng Civilsan	-	-	-	-	-	1
Metrô Bahia	-	-	-	15 (d)	-	56 (d)
ViaMobilidade	-	-	-	3 (d)	-	-
ViaQuatro	-	-	-	13 (d)	-	17 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2018	-	-	-	1.668	40.249	2.853
Total não circulante, 31 de dezembro de 2018	-	-	-	1.528	-	-
Total, 31 de dezembro de 2018	2.928	35.231	2.646	3.196	40.249	2.853
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	1.538	476	3.337
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	1.594	39.815	-
Total, 31 de dezembro de 2017	2.895	38.109	4.066	3.132	40.291	3.337

	Transações			Saldos		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo		Passivo
				Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b> CCR S.A.	-	12.417 (a)	2.401 (b)	-	40.291 (b)	971 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b> CPC	-	25.692 (e)	-	17 (d)	-	2.296 (e)
Rodoanel Oeste	-	-	1.665 (b)	12 (d)	-	11 (d)
Samt	2.895 (c)	-	-	3.004 (c)	-	-
SPVias	-	-	-	-	-	2 (d)
Serveng Civilsan	-	-	-	-	-	1
BH Airport	-	-	-	3 (d)	-	-
ViaMobilidade	-	-	-	-	-	-
ViaQuatro	-	-	-	-	-	56 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	96 (d)	476	3.337
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	1.538	39.815	-
Total, 31 de dezembro de 2017	2.895	38.109	4.066	3.132	40.291	3.337

	2018		2017	
	2018	2017	2017	2018
<b>Despesas com profissionais-chave da Administração</b> Remuneração (g):	1.780	2.121	-	-
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	-	-	-
<b>Outros benefícios:</b> Provisão de participação no resultado	-	-	-	-
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.046	830	-	-
Complemento de PPR pago no ano	324	471	-	-
Previdência privada	84	131	-	-
Seguro de vida	3	4	-	-
	3.237	3.557	-	-

## Saldos a pagar aos profissionais-chave da Administração:

	2018		2017	
	2018	2017	2017	2018
<b>Movimentação da depreciação</b> Taxa média anual de depreciação %	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10	(3.040)	(368)	331
Máquinas e equipamentos	11	(24.990)	(3.312)	5.815
Veículos	25	(8.256)	(2.072)	976
Instalações e edificações	6	(357)	(18)	9
Equipamentos operacionais	14	(63.432)	(5.997)	8.935
	-	(100.075)	(11.767)	16.066

	2017		2018	
	2017	2018	2017	2018
<b>Movimentação do custo</b> Taxas Taxa efetiva do custo de transação (s.a.a.)	-	-	-	-
Móveis e utensílios	4.222	(352)	96	3.966
Máquinas e equipamentos	37.477	(5.937)	1.258	32.798
Veículos	11.883	(990)	3.421	14.314
Instalações e edificações	400	(9)	-	391
Terrenos	4.722	-	-	4.722
Equipamentos operacionais	83.429	(9.133)	6.109	80.405
Imobilizado em andamento	6.475	8.694	(11.303)	3.866
	148.608	8.694	(16.421)	(419)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 526 em 2018 (R\$ 391 no exercício de 2017). A taxa média de capitalização em 2018, foi de 5,57% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 3,74% a.a. no exercício de 2017.

	Reconhe-		Saldo em 2018	
	cido no	Valor	Ativo	Passivo
	2017 resultado	Líquido	diferido	cal diferido
Outros impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	75	154	229	229
Compensação de imposto	(48.905)	(5.228)	(54.133)	44.034
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(48.905)	(5.228)	(54.133)	(54.133)

	Reconhe-		Saldo em 2017	
	cido no	Valor	Ativo	Passivo
	2016 resultado	Líquido	diferido	cal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.001	(36)	965	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	2.410	505	2.915	36
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	17.675	7.162	(10.513)	-
Varição cambial	11.737	(11.418)	319	-
Resultado de operações com derivativos	21.570	(12.531)	9.039	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(56.957)	5.216	(51.741)	-
Outros	203	(128)	75	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(37.667)	(11.238)	(48.905)	60.331
Compensação de imposto	-	-	-	(60.331)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(37.667)	(11.238)	(48.905)	(48.905)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

## 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Extensão do prazo da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total
	2018	2017	2018	2017	
Circulante	3.297	3.297	41.659	30.494	44.956
Não Circulante	9.891	13.188	124.976	166.024	134.867

Do decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 38.012 (R\$ 44.889 no exercício de 2017). (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão. (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

	2018			2017		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo		Passivo
				Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b> CCR S.A.	-	12.582 (a)	2.646 (b)	8 (d)	40.249 (b)	984 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b> CPC	-	22.179 (e)	-	96 (d)	-	1.767 (e)
Rodoanel Oeste	-	-	-	44 (d)	-	28 (d)
Samt	2.928 (c)	470 (f)	-	3.017 (c)	-	-
Serveng Civilsan	-	-	-	-	-	1
Metrô Bahia	-	-	-	15 (d)	-	56 (d)
ViaMobilidade	-	-	-	3 (d)	-	-
ViaQuatro	-	-	-	13 (d)	-	17 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2018	-	-	-	1.668	40.249	2.853
Total não circulante, 31 de dezembro de 2018	-	-	-	1.528	-	-
Total, 31 de dezembro de 2018	2.928	35.231	2.646	3.196	40.249	2.853
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	1.538	476	3.337
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	1.594	39.815	-
Total, 31 de dezembro de 2017	2.895	38.109	4.066	3.132	40.291	3.337

	2018			2017		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo		Passivo
				Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b> CCR S.A.	-	12.417 (a)	2.401 (b)	-	40.291 (b)	971 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b> CPC	-	25.692 (e)	-	17 (d)	-	2.296 (e)
Rodoanel Oeste	-	-	1.665 (b)	12 (d)	-	11 (d)
Samt	2.895 (c)	-	-	3.004 (c)	-	-
SPVias	-	-	-	-	-	2 (d)
Serveng Civilsan	-	-	-	-	-	1
BH Airport	-	-	-	3 (d)	-	-
ViaMobilidade	-	-	-	-	-	-
ViaQuatro	-	-	-	-	-	56 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	96 (d)	476	3.337
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	-	-	1.538	39.815	-
Total, 31 de dezembro de 2017	2.895	38.109	4.066	3.132	40.291	3.337

	2018		2017	
	2018	2017	2017	2018
<b>Movimentação da amortização</b> Taxa média anual de amortização %	-	-	-	-
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(739.692)	(139.227)	3
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.074)	(854)	-
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(*)	(151.284)	(118.112)	-
	-	(903.403)	(158.193)	3

## 12. Ativos Intangíveis

	2017		2018	
	2017	2018	2017	2018
<b>Movimentação do custo</b> Saldo inicial CPC	-	-	-	-
Adições	1.522.821	(31.183)	-	(4)
Transferências	13.384	-	-	423
Reversões	1.557	-	-	(204)
Saldo final	251.709	-	-	251.709

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios; refere-se ao ativo gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

13. Empréstimos

	Taxas		Vencimento	
	Contratual	de transação (s.a.a.)	Final	2018
Em moeda estrangeira	-	-	-	-
Banco de Tokyo	LIBOR+	N/I	Janeiro de 2019	154.608 (b)
1. Mitsubishi Ujj (a)	2,10% a.a.	N/I	-	154.608
Subtotal em moeda estrangeira	-	-	-	154.608
<b>Total geral</b>	-	-	-	154.608
<b>Circulante</b>	-	-	-	154.608
<b>Não circulante</b>	-	-	-	148.805

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade. 1. Em 05 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o Banco de Tokyo, com recursos da 7ª emissão de debêntures. (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na

continua

**CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)**

continuação  
sua totalidade por contrato de swap, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20, para maiores detalhes). **Garantias:** (b) Aval/Fiança Corporativa da Controladora CCR na proporção de sua participação acionária detida. **14. Debêntures**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar	Vencimento final	2018	2017
5ª Emissão - 1ª Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	-	Setembro de 2019	197.322	193.822 (d)
6ª Emissão - 2ª Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (b)	3.706	2.298	Novembro de 2021	288.519	277.166 (d)
7ª Emissão - 3ª Série Única	106,25% do CDI	0,0593% (a)	587	456	Novembro de 2020	331.275	330.543 (e)
<b>Total geral</b>				<b>2.754</b>		<b>817.116</b>	<b>801.531</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						201.159	13.187
Custos de transação						(978)	(1.179)
						<b>200.181</b>	<b>12.008</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						618.711	792.425
Custo de transação						(1.776)	(2.902)
						<b>616.935</b>	<b>789.523</b>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-favorecimento, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram considerados para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20. **Garantias:** (d) Não existem garantias; (e) Garantia real.

**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	2018	2017
2020	330.000	-
2021	288.711	-
2022	618.711	-

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 15 de setembro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no valor nominal total de R\$ 440.000 sendo R\$ 290.000 da 1ª série e R\$ 150.000 da 2ª série, não podendo ser facultativamente resgatadas. No dia 15 de setembro de 2017, ocorreu a quitação da 1ª série da 5ª emissão das debêntures, mantendo-se a 2ª série. Os juros da 2ª série estão sendo pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015 e o principal será amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019. As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a., incidentes sobre o valor atualizado. Em 27 de outubro de 2014, foram contratadas operações de swap para a 2ª série, onde houve a troca do indexador IPCA de 5,67% a.a. para todos os vencimentos de juros e o vencimento do principal, pelos percentuais de 99,9% a 100% do CDI. O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.040/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Divida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. Há exceção se a Via Oeste optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura de emissão. 2. Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 6ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 605/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 270.000, vencimento em 15 de novembro de 2021, atualização pelo IPCA e juros remuneratório de 6,2959% a.a.. Os juros serão pagos semestralmente a partir de 15 de novembro de 2017 e o principal será amortizado no dia 15 de novembro de 2021. O principal critério para antecipação do pagamento de juros e do principal é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Divida Líquida/EBITDA Ajustado da Via Oeste seja superior a 4 vezes, a partir das apurações semestrais realizadas com base nas demonstrações financeiras ou informações trimestrais da emissora. Todavia, ficará a critério da Via Oeste contratar e apresentar ao agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, caso queira distribuir dividendos acima do mínimo legal. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente. **15. Provisão para riscos civis, trabalhistas e previdenciários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2017	2018		
<b>Não circulante</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Const. / Reversão</b>	<b>Atualização de bases processuais e monetárias</b>	<b>Saldo final</b>
Cíveis e administrativos	3.562	721	318	1.838
Trabalhistas e previdenciários	5.011	2.467	(1.151)	6.327
	8.573	3.191	(1.838)	9.926

A Companhia possui outros riscos relativos a questões civis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

**16. Provisão de manutenção**

	2017	2018
Cíveis e administrativos	2.174	234
Trabalhistas	2.188	2.609
	4.362	2.843

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 3.247 (R\$ 5,284 em 31 de dezembro de 2017).

**17. Patrimônio Líquido**  
**a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.040/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.040/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2019, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados. A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. **d. Reserva de capital:** A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. **e. Dividendos:** Em 27 de fevereiro de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 40.000 correspondentes a R\$ 2,7257 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 2,9983 por lote de mil ações preferenciais, a conta de reserva de retenção de lucros do exercício de 2017, pagos em 28 de fevereiro de 2018. Em 28 de março de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 47.889 correspondentes a R\$ 3,2633 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 3,5896 por lote de mil ações preferenciais, a conta de reserva de retenção de lucros do exercício de 2017, pagos em 29 de março de 2018. Em 26 de outubro de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 226.580 correspondentes a R\$ 15,4397 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 16,9837 por lote de mil ações preferenciais, sendo R\$ 226.580 a conta da totalidade dos lucros apurados no período de 1º de janeiro de 2018 a 30 de setembro de 2018, pagos em 26 de outubro de 2018. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 75.005, a serem aprovados na AGO de 2019. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2018
Lucro líquido do exercício	301.585
(-) Constituição de reserva legal	(301.585)
Lucro líquido ajustado	75.996
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	(18.999)
Total dos dividendos pagos	226.580

**f. Lucro por ação básico e diluído:** A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2018	2017
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período	301.585	351.094
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,02055	0,02392
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,02261	0,02632
(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que as ações ordinárias.		
<b>18. Recultas</b>		
	2018	2017
Recultas de pedágio	993.618	1.046.603
Recultas de construção (ICPC 01 R1)	24.468	49.941
Recultas acessórias	15.541	14.722
Outras recultas	325	570
<b>Reculta bruta</b>	<b>1.033.952</b>	<b>1.111.836</b>
Impostos sobre recultas	(87.353)	(86.960)
Abatimentos	-	(1)
Deduções da reculta bruta	(87.353)	(86.961)
<b>Reculta líquida</b>	<b>946.599</b>	<b>1.024.875</b>
<b>19. Resultados financeiros</b>		
	2018	2017
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(51.891)	(45.192)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(462)	(3.962)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.464	6.340
Perda com operações de derivativos	(46.609)	(65.173)
Valor justo sobre financiamentos (fair value hedge)	(2.520)	(11.182)
Varição monetária sobre debêntures	(22.229)	(15.016)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(29.390)
Juros e variações monetária sobre mútuos	(2.646)	(4.066)
Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	(6)	(2)
Renta, comissões e outras despesas financeiras	(2.562)	(2.254)
	<b>(126.461)</b>	<b>(169.897)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	2.838	28.064
Varição monetária sobre empréstimos	4.648	2.223
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.348	9.463
Ganho com operações de derivativos	46.697	55.073
Valor justo sobre financiamentos (fair value hedge)	8.654	4.402
Juros e outras receitas financeiras	1.334	4.707
	<b>70.519</b>	<b>103.932</b>
	<b>(55.942)</b>	<b>(66.965)</b>

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas com derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de 100% dos pagamentos vindentes nos próximos 24 meses, de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras, estratégicas, a Controladora CCR S.A., possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2018		2017	
	Ativos financeiros mensurados	Passivo financeiro	Ativos financeiros mensurados	Passivo financeiro
	Valor justo por meio do custo amortizado	Valor justo por meio do custo amortizado	Valor justo por meio do custo amortizado	Valor justo por meio do custo amortizado
<b>Ativos</b>				
Caixa e bancos	7.198	-	4.477	-
Aplicações financeiras	149.203	-	202.688	-
Contas a receber	-	56.807	-	57.500
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.196	-	3.132
Contas a receber com operações de derivativos	44.797	-	41.192	-
<b>Passivos</b>				
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	(33.794)	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(197.322)	(619.794)	(193.822)	(607.709)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(154.608)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(21.742)	-	(25.287)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.853)	(3.337)
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(40.249)	-
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.295)	-
	3.876	60.003	(685.933)	(133.867)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Caixa e bancos, e aplicações financeiras - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com reconpra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, e cessão onerosa - partes relacionadas - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • Contas a receber e a pagar com derivativos - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratados e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). • Obrigações com o poder concedente - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas. • Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado - A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados swaps trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (fair value option), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descaçamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 152.601 em 31 de dezembro de 2017, (não há saldo em 31 de dezembro de 2018).

**Taxa contratual da dívida**  
Libor de 3 meses + 2,10% a.a  
117,50% do CDI

(a) Valores brutos dos custos de transação. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais coupon da operação e trazendo a valor presente pelo coupon líquido. • Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2018		2017	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	622.548	644.580	611.271	634.096
(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). • Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (fair value option e hedge accounting) - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados swaps trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração da Companhia pelos seus valores justos (fair value option/hedge accounting), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descaçamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 193.927 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 186.818 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhado a seguir:				
<b>Taxa contratual da dívida</b>				
5ª Emissão - Série 2 IPCA + 5,67% a.a	99,9%	até 100% do CDI		193,927
(a) Valores brutos dos custos de transação.				

continua

